PROGRAMA DE DIREITO DE AUTOR

MESTRADO E DOUTORAMENTO

Ano lectivo 2026-2027

REGENTE: PROF DOUTOR JOSÉ ALBERTO VIEIRA

TÍTULO I

PARTE GERAL

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO GERAL

1. Síntese histórico-evolutiva do Direito de Autor português

2. O objecto da disciplina de Direito de Autor. A obra

3. Direito de Autor e cultura. A quebra da ligação tradicional à literatura, às artes e à ciência

4. Os desafios presentes do sistema de Direito de Autor

5. O confronto de interesses protegidos no Direito de Autor

6. Clivagem e aproximação de dois modelos internacionais*: copyright* e direito de autor

7. Os direitos sobre coisas incorpóreas e a rejeição da natureza real

8. O Direito de autor como ramo de Direito Civil

9. Princípios de Direito de Autor

CAPÍTULO II

FONTES DE DIREITO INTERNACIONAL, DA UNIÃO EUROPEIA E NACIONAIS

SECÇÃO I

O DIREITO INTERNACIONAL DE AUTOR

10. A Convenção de Berna

11. A Convenção Internacional do Direito de Autor

12. A Convenção Internacional para a Protecção dos Artistas Intérpretes ou Executantes, dos Produtores de. Fonogramas e dos Organismos de Radiodifusão

13. O Acordo ADPIC/TRIPS

14. Os Tratados da OMPI

15. O Tratado de Pequim sobre as prestações audiovisuais dos artistas

SECÇÃO II

O DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

16. O acervo comunitário em matéria de Direito de Autor

17. A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia

18. Um Direito Europeu de Autor?

SECÇÃO III

Os princípios internacionais de Direito de Autor

19. Enunciação geral

20. O princípio da territorialidade

21. O princípio do tratamento nacional

22. O princípio do tratamento da nação mais favorecida

23. O princípio da reciprocidade

SECÇÃO IV

AS FONTES NACIONAIS

24. O CDADC e a legislação avulsa

CAPÍTULO III

A OBRA

25. A obra como objecto da protecção jurídico-autoral

SECÇÃO I

O conceito europeu do objecto de protecção do direito de autor

26. Os instrumentos normativos

27. A construção jurisprudencial europeia do conceito de objecto do direito de autor. O conceito de obra como conceito autónomo de Direito europeu

28. A construção jurisprudencial europeia do conceito de obra protegida pelo direito de autor. Da referência anódina ao objecto à obra entendida como expressão

29. A construção jurisprudencial europeia do conceito de obra protegida pelo direito de autor. Os requisitos de protecção da obra na jurisprudência do TJUE

30. A construção jurisprudencial europeia do conceito de obra protegida pelo direito de autor. A protecção de partes de obra

31. A construção jurisprudencial europeia do conceito de obra protegida pelo direito de autor. A delimitação negativa

32. Síntese conclusiva sobre o conceito europeu de obra protegida

Secção II

O conceito de obra protegida por direito de autor

33. O objecto do direito de autor: a obra

34. A obra como expressão

35. Os elementos não expressivos. A delimitação negativa da expressão (obra) protegida

36. Expressões parcelares, trabalhos de concepção preliminar, expressões incompletas e conclusão de obra

37. Os requisitos de protecção da expressão em geral

38. Os requisitos de protecção da expressão: a criatividade

39. Os requisitos de protecção da expressão: a origem intelectual da expressão

40. O conceito de obra não está na disponibilidade das partes

41. A prova da obra

42. A pertença da obra à literatura, à ciência ou às artes. Sua irrelevância. O conceito de obra é abstracto e neutro

43. O conceito de obra protegida é normativo

44. O conceito de obra protegida é unitário

45. A independência da obra face ao meio expressivo e ao suporte corpóreo

46. A protecção do título da obra

47. Fixação da obra em suporte corpóreo. Irrelevância geral

48. A extensão da expressão

49. Obras multi-expressivas ou acantonamento a um único género expressivo?

CAPÍTULO IV

OS GÉNEROS EXPRESSIVOS

50. Generalidades

51. A obra literária

52. A obra musical

53. As obras de arte pura

54. As obras de artes aplicadas, desenhos e modelos

55. A obra de arquitectura

56. A obra fotográfica

57. A obra audiovisual

58. Obras coreográficas e pantominas

59. Obras de compilação. Remissão

CAPÍTULO V

A AUTORIA EM GERAL

60. A autoria
61. Indicação de autoria
62. Presunções de autoria
63. Autoria de pessoas colectivas?
64. Obras sem autor? As obras geradas por programas de computador ou por AI
65. Modalidades de autoria: a autoria singular e a co-autoria

CAPÍTULO VI

A CO-AUTORIA

66. Coautores e colaboradores. A terminologia legal
67. A noção legal de obra feita em co-autoria
68. As concepções da co-autoria. A concepção média da lei portuguesa
69. Os requisitos da co-autoria
70. O mero auxílio não funda a co-autoria
71. Co-autoria e atribuição do direito patrimonial de autor
72. Conteúdo patrimonial de protecção e exercício do direito patrimonial de autor
73. A duração da protecção da obra em caso de co-autoria
74. Conteúdo do direito pessoal de autor e exercício deste direito

CAPÍTULO VII

PLURALIDADE DE OBRAS

75. Generalidades

SECÇÃO I

A OBRA DERIVADA

76. A expressão resultante da transformação de outra obra. A obra derivada
77. A protecção da obra derivada
78. Delimitação da obra derivada
79. Obra derivada e exercício do poder de transformação. Obra derivada ilícita?
80. A autoria da obra derivada
81. A atribuição do direito de autor na obra derivada
82. O exercício do direito patrimonial de autor quanto à obra derivada
83. Obra derivada e obra compósita. Remissão

SECÇÃO II

OBRAS DE COMPILAÇÃO

84. Noção geral
85. O conceito legal de obra de compilação

86. Os requisitos de protecção da obra de compilação

87. Obra de compilação e obras compiladas

88. A autoria da obra de compilação

89. A atribuição do direito de autor sobre a obra compilada

90. Atribuição do direito de autor sobre as obras compiladas

91. Utilização de obras compiladas e violação de direito de autor sobre obra de compilação

92. Natureza da obra de compilação

SECÇÃO III

A OBRA COLECTIVA

93. Noção geral. A influência francesa

94. O conceito legal de obra colectiva

95. A obra colectiva como obra

96. Os requisitos de protecção da obra colectiva

97. Obra colectiva e contributos individuais

98. A autoria da obra colectiva

99. A atribuição do direito de autor sobre a obra colectiva

100. Obra colectiva e compilação de obras. A desnecessidade do conceito de obra colectiva

101. A natureza excepcional da obra colectiva

SECÇÃO IV

A CONEXÃO DE OBRAS

102. A origem do conceito de conexão de obras

103. As notas distintivas do conceito de conexão de obras

104. A conexão de obras não constitui qualquer obra nova

105. Conexão de obras, obra derivada, compilação de obras e obra colectiva

106. Conexão de obras e co-autoria

107. Conexão de obras e Direito de Autor

108. Conexão de obras e utilização das obras em separado

SECÇÃO V

PRETENSOS CASOS DE PLURALIDADE DE OBRAS

109. Generalidades

110. O conceito de obra composta

111. A obra compósita

112. O conteúdo da protecção e a estrutura do direito de autor

SECÇÃO I

O CONTEÚDO PESSOAL DE PROTECÇÃO: O DIREITO PESSOAL DE AUTOR

113. Um conteúdo pessoal de protecção para o autor. O contributo francês para a sua génese

114. Variantes terminológicas. Terminologia adoptada

115. O direito pessoal de autor na ordem jurídica internacional. O Artigo 6-bis da Convenção de Berna

116. O objecto do direito pessoal de autor

117. O escopo de protecção do direito pessoal de autor

118. O conteúdo do direito pessoal de autor. Os poderes pessoais

119. O poder ao inédito

120. O poder à identificação na obra

121. O poder ao anonimato

122. O poder de afirmação ou reconhecimento da paternidade

123. O poder à integridade da obra

124. Um poder de modificação da obra. Rejeição

125. O poder de retirada da obra

126. Um poder pessoal de acesso à obra?

127. Atribuição do direito pessoal de autor

128. Vicissitudes do direito pessoal de autor

129. Autorizações (licenças) de conteúdo pessoal

130. O papel do direito pessoal de autor na delimitação do direito patrimonial de autor. A prevalência do primeiro

131. A natureza do direito pessoal de autor

SECÇÃO II

O DIREITO PATRIMONIAL DE AUTOR

132. Terminologia

133. Direito patrimonial de autor, direitos menores de autor (oneração) e direitos de utilização. Distinção

134. Escopo de protecção do direito patrimonial de autor. A exploração económica da obra

135. A vertente positiva e negativa do direito patrimonial de autor. O carácter absoluto do direito

136. Exploração económica e liberdade de gozo da obra

137. Os poderes patrimoniais de autor. A ausência de tipicidade legal

138. O poder de reprodução

139. O poder de transformação

140. O poder de distribuição de obra ao público

141. O poder de comunicação da obra ao público

SECÇÃO III

CONTEÚDO NEGATIVO E LIMITES GERAIS AO DIREITO PATRIMONIAL DE AUTOR

142. Liberdade no aproveitamento de bens intelectuais e direitos de exclusivo sobre eles

143. Conteúdo positivo, conteúdo negativo e utilização de obra não compreendida no direito de autor

144. Utilização de obra não compreendida no direito de autor

145. O conteúdo negativo do direito (patrimonial) de autor. Generalidades

146. O uso privado: conteúdo negativo do direito de autor ou utilização não compreendida neste direito?

147. Uso privado e cópia privada

148. Significado e caracterização do uso privado

149. Discursos, alocuções e conferências

150. Revista de imprensa

151. Inclusão em relatos de actualidade

152. Reprodução de obra para biblioteca, arquivo público, museu, centro de documentação ou de instituição científica ou de ensino

153. Reprodução, distribuição e disponibilização de obra para efeitos de ensino e de educação

154. A citação e resumos de obras alheias

155. O problema da utilização livre em obra divulgada ilicitamente

156. Utilizações livres e a regra dos três passos

157. Utilizações livres e medidas tecnológicas de protecção

SECÇÃO IV

O DIREITO DE SEQUÊNCIA

158. Origem, sentido e escopo da protecção

159. O regime português do direito de sequência antes da transposição da Directiva 200184/CE, de 27 de Setembro de 2001

160. A Directiva 2001/84/CE, de 27 de Setembro de 2001

161. Os sistemas de participação do artista na venda subsequente de obra de arte original

162. Obra de arte original. Significado do conceito

163. O objecto do direito de sequência

164. O conteúdo do direito de sequência

165. A constituição do direito de sequência. Pressupostos legais

166. Direito de sequência e direito patrimonial de autor

167. Titularidade do direito de sequência

168. Quem fica obrigado pelo direito de sequência?

169. A duração do direito de sequência

170. A natureza do direito de sequência

SECÇÃO V

O DIREITO À COMPENSAÇÃO SUPLEMENTAR

171. A eliminação deste direito na reforma operada pelo DL n.º 47/2003, de 19 de Junho

CAPÍTULO VIII

ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE AUTOR

172. Generalidades

173. A regra geral. Autoria e atribuição do direito de autor

174. A ruptura da lei portuguesa com o princípio da autoria

175. A obra realizada em cumprimento de contrato de trabalho e de encomenda de obra

176. Os regimes especiais de obra por conta de outrem e encomenda de obra

pótese de o direito de autor caber ao criador intelectual

178. A obra subsidiada

179. A obra colectiva

180. A obra audiovisual. Remissão

181. Atribuição originária a terceiro do direito patrimonial de autor e direito pessoal de autor

CAPÍTULO IX

VICISSITUDES DO DIREITO PATRIMONIAL DE AUTOR

SECÇÃO I

CONSTITUIÇÃO

182. Criação da obra e constituição do direito patrimonial de autor

183. O princípio da desnecessidade de formalidades

184. Obra incompleta e protecção por direito de autor

185. A problemática das obras órfãs

186. Remissão

SECÇÃO II

TRANSMISSÃO, ONERAÇÃO DO DIREITO PATRIMONIAL DE AUTOR E AUTORIZAÇÕES CONTRATUAIS

187. Generalidades

188. A regra da livre transmissibilidade do direito patrimonial de autor. A transmissão total

189. A pretensa "transmissão parcial" do direito de autor

190. Forma do negócio jurídico de transmissão do direito patrimonial de autor

191. A oneração do direito patrimonial de autor. A falsa oneração parcial. Efeitos jurídicos: direito menores de autor. A oponibilidade absoluta

192. Autorizações contratuais ("licenças"). Efeitos jurídicos e oponibilidade

193. A reforma operada pelo DL n.º 47/2023, de 19 de Junho

194. O direito do autor e do artista intérprete ou executante a modificar o contrato exclusivo de autorização ("licença") ou de oneração do direito de autor

195. O dever de informação

196. O poder de revogação da autorização contratual de uso de obra ou prestação protegida

197. As denominadas licenças colectivas

SECÇÃO III

EXTINÇÃO

198. Extinção do direito patrimonial de autor e a queda da obra no domínio público

199. Extinção pelo decurso do prazo de protecção

200. Outros factos extintivos. A renúncia e a retirada da obra

CAPÍTULO X

DURAÇÃO DA PROTECÇÃO E DOMÍNIO PÚBLICO

201. O prazo geral de protecção da obra

202. Prazos especiais de protecção
203. O domínio público
204. O denominado domínio público pagante
205. A tutela da obra caída no domínio público

CAPÍTULO XI

OS DIREITOS CONEXOS

206. Generalidades
207. A tipicidade legal
208. Artistas intérpretes ou executantes
209. Produtores de fonogramas ou de videogramas
210. Organismos de radiodifusão
211. O editor
212. Limites aos direitos conexos
213. Duração da protecção

CAPÍTULO XII

A GESTÃO COLECTIVA

214. Generalidades
215. Gestão colectiva forçada e gestão colectiva voluntária
216. Os princípios gerais da gestão colectiva. A transparência
217. A entidade de gestão como mandatária do titular do direito de autor
218. O objecto e o âmbito da gestão colectiva
219. A legitimidade da entidade de gestão colectiva
220. Os rendimentos da gestão colectiva e a sua atribuição
221. Cessação da gestão colectiva

CAPÍTULO XIII

A TUTELA

222. Modalidades de tutela
223. O ilícito autoral
224. A tutela penal
225. A tutela civil
226. A tutela contra-ordenacional
227. A tutela administrativa

CAPÍTULO XIV

ESTRUTURA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE AUTOR E DOS DIREITOS CONEXOS

228. Concepções sobre a estrutura do direito de autor. O regime pluralista de base dualista consagrado no CDADC

229. Concepções sobre a natureza jurídica do direito de autor

230. Concepção adoptada

TÍTULO II

PARTE ESPECIAL

SECÇÃO I

OS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

231. Generalidades

232. O objecto da protecção dos programas de computador

233. Os requisitos de protecção

234. Elementos não expressivos. A funcionalidade do programa de computador

235. Outros elementos não expressivos

236. Conteúdo patrimonial de protecção e limites

237. O conteúdo pessoal de protecção

238. A autoria dos programas de computador

239. Os programas de computador como pluralidade de obras

240. A atribuição do direito de autor sobre programas de computador

241. Os direitos dos utilizadores dos programas de computador

242. Natureza jurídica dos programas de computador

SECÇÃO II

A INTERFACE VISUAL DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

243. Noção

244. Interface visual e programa de computador

245. O objecto de protecção. A expressão da interface visual

246. Os elementos não expressivos da interface visual

247. As representações visuais individuais da interface gráfica do utilizador

248. Protecção pelo direito de autor e conteúdo da protecção

249. A atribuição do direito de autor sobre a interface visual de programa de computador

250. A natureza expressiva da interface visual

SECÇÃO III

AS BASES DE DADOS

251. Generalidades

252. O objecto da protecção das bases de dados protegidas por direito de

253. Os requisitos de protecção

254. Os elementos não protegidos

255. Conteúdo patrimonial de protecção e limites

256. O conteúdo pessoal de protecção

257. A autoria da base de dados

258. A atribuição do direito de autor sobre bases de dados

259. As bases de dados como obras de compilação

260. O problema da lei aplicável às bases de dados protegidas por direito de autor

261. O direito *sui generis* sobre a base de dados. Objecto, conteúdo e titularidade

SECÇÃO IV

A OBRA CINEMATOGRÁFICA

262. A obra audiovisual, o filme[1] e a obra cinematográfica

263. A expressão da obra cinematográfica

264. A estrutura da obra cinematográfica

265. A autoria da obra cinematográfica

266. A atribuição do direito de autor sobre a obra cinematográfica

267. O produtor de obra cinematográfica

268. Os artistas intérpretes ou executantes e outros artistas do filme

SECÇÃO V

DIGITALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE OBRA PROTEGIDA EM REDE DIGITAL

269. A digitalização de obra protegida

270. O digital: um novo modo de utilização económica da obra ou também uma nova espécie de expressão protegida (obra)? O *sound sampling*, os jogos de vídeo e de computador e as obras multimédia

271. A exploração de obra em rede digital. A Internet e o "making available right" como conteúdo do poder de comunicação da obra ao público

272. O utilizador de obra em rede digital

273. O carregamento (*upload*) de obra protegida

[1] Cf. supra no texto.

274. A descarga (*download*) de obra protegida

275. A utilização de obra protegida em sistema de *file sharing*. O *peer to peer* (P2P) e sistemas análogos

276. O "caching"

277. O "browsing"

278. O "streaming" de obra protegida

279. Serviços de prestação de obra a pedido (vídeo "on demand", música "on demand")

280. Podcasts

281. Routing

282. Os "hyperlinks"

283. A colocação de "frames" e de "embedded links"

284. O transporte e a armazenagem em rede de ficheiros digitais contendo obras

285. A transmissão de obra por correio electrónico

286. A computação em nuvem

SECÇÃO VI

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DE AUTOR

287. Inteligência Artificial e Direito de Autor

288. Uma expressão gerada por IA generativa constitui obra protegida por direito de autor? A resposta negativa

289. O problema da autoria da expressão produzida por IA generativa

290. Expressão criativa produzida por IA generativa? Sua irrelevância jurídica

291. Um dever de informação da autoria?

292. O uso de obras e de prestações protegidas no desenvolvimento e treino de sistemas de IA generativa

BIBLIOGRAFIA PORTUGUESA:

AKESTER, PATRÍCIA – O direito de autor e os desafios da tecnologia digital, Lisboa, 2004

- Direito de Autor em Portugal, nos PALOP, na União Europeia e nos Tratados Internacionais, Coimbra, 2013

- Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos Anotado, Coimbra, 2017

ALMEIDA, CARLOS FERREIRA DE/GONÇALVES, LUÍS MANUEL COUTO/TRABUCO, CLÁUDIA – Contratos De Direito de Autor e de Direito Industrial, Coimbra, 2011

ASCENSÃO, JOSÉ DE OLIVEIRA – Direito Civil - Direito De Autor E Direitos Conexos, Coimbra, 2012 (Reimpressão)

- Liberdade de ideias, facto, conceitos, sistemas, aspectos funcionais, Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. 50, n.º 1 e 2, Coimbra, 2009

BESSA, TIAGO - Direito contratual de autor e licenças voluntárias de exploração da obra, Separata Da Revista da Ordem dos Advogados, 2012

CORDEIRO, PEDRO - Direito de Autor e Radiodifusão - Um Estudo sobre o Direito de Radiodifusão desde os primórdios até à Tecnologia Digital, Coimbra, 2004

DRUMMOND, VICTOR GAMEIRO - A tutela jurídica das expressões culturais tradicionais, Coimbra, 2017

LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES – Direito de Autor, Coimbra, 2011

MARQUES, JOÃO P. REMÉDIO - Biotecnologia(s) e Propriedade Intelectual Volume I - Direito de Autor. Direito de Patente e Modelo de Utilidade. Desenhos ou Modelos, Coimbra, 2007

- Criações publicitárias: a atribuição do direito patrimonial de autor e a utilização das criações protegidas por parte dos anunciantes, Separata do Direito da Sociedade da Informação, Vol. 7, Coimbra, 2008

- Direito de autor e licença compulsória - um olhar luso-brasileiro, Separata do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, Vol. 86, 2010, pág. 49

MELO, ALBERTO SÁ E MELO - Manual de Direito de Autor, Coimbra, 2.ª edição, 2016

- Contrato de Direito de Autor - A Autonomia Contratual na Formação do Direito de Autor, Coimbra, 2008

PEREIRA, ALEXANDRE DIAS – Direito De Autor: que futuro na era digital?, Lisboa, 2016

- Direitos De Autor E Liberdade De Informação, Coimbra, 2008

- A reprodução para uso privado no ambiente analógico e no ambiente digital, Separata do Direito da Sociedade da Informação, Vol. 7, Coimbra, 2008

- Informática, Direito De Autor E Propriedade Tecnicodigital, Coimbra, 2001

PINHEIRO, LUÍS DE LIMA - Algumas considerações sobre a lei aplicável ao direito de autor na internet, Separata Da Revista da Ordem dos Advogados, 2014

REBELLO, LUÍS FRANCISCO - Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos – Anotado, Lisboa, 2002

RENDAS, TITO/SILVA, NUNO SOUSA E – Direito De Autor Nos Tribunais, Coimbra, 2015

SILVA, NUNO SOUSA E – Direitos conexos ao direito de autor, Separata Da Revista da Ordem dos Advogados, 2016

TRABUCO, CLÁUDIA – O direito de reprodução de obras literárias e artísticas no ambiente digital, Coimbra, 2006

VICENTE, DÁRIO MOURA – O equilíbrio de interesses no direito de autor, Separata da Revista Da Sociedade da Informação, Coimbra, 2010

- A Tutela Internacional Da Propriedade Intelectual, Coimbra, 2009

- Direito de autor e medidas tecnológicas de protecção, Separata da Revista Direito da Sociedade da Informação, Vol. 7, Coimbra, 2008

- Problemática Internacional Da Sociedade Da Informação, Coimbra, 2005

VIEIRA, JOSÉ ALBERTO – A Protecção Dos Programas De Computador Pelo Direito De Autor, Lisboa, 2005

- Pluralidade De Autores, Pluralidade De Obras E Criação De Obra Protegida Pelo Direito De Autor, Lisboa, 1994 (Em arquivo disponível na Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa)

- A Estrutura Do Direito De Autor No Ordenamento Jurídico Português, Lisboa, 1991

VITORINO, ANTÓNIO MACEDO - A Eficácia dos Contratos de Direito de Autor, Coimbra, 1995

BIBLIOGRAFIA ESTRANGEIRA:

ARE, MARIO – L'Oggetto Del Diritto Di Autore, Milano, 1963

ASCARELLI, TULIO - Teoria della concorrenza e dei beni immateriali, Milano, 1960

BERNAULT, CARINE/LUCAS, ANDRÉ/LUCAS-SCHLOETTER, AGNÈS - Traité de la propriété littéraire et artistique, 5e édition, Paris, 2017

BERTRAND, ANDRÉ - Droit d'auteur, Paris, 2010

CORNISH, WILLIAM/LLEWELYN, DAVID/APLIN, TANYA - Intellectual Property: Patents, Copyrights, Trademarks & Allied Rights, Eighth edition, 2013

DE SANCTIS, VITTORIO - Il Carattere Creativo Delle Opere Dell'Ingegno, Milano, 1971

DIETZ, ADOLF - El Derecho de autor en Espana y Portugal, Madrid, 1992

- Das Urheberrecht in Spanien und Portugal, Baden-Baden, 1990
- Le droit d´auteur dans le comunauté européenne, Bruxelas, 1978

DREIER, GUNDA/ KOTTHOFF, JOST /MECKEL, ASTRID/ZEISBERG, HANS-JOACHIM - Urheberrecht: Urheberrechtsgesetz, Urheberrechtswahrnehmungsgesetz, Kunsturhebergesetz (Heidelberger Kommentar), 3. Auflage, 2012

DREIER, THOMAS/SCHULZE, GERNOT – Urheberrechtsgesetz, Urheberrechtswahrnehmungsgesetz, Kunsturhebergesetz Kommentar, 5. Auflage, München, 2015

DREIER, THOMAS/HUGENHOLTZ, BERNT - Concise European Copyright Law, Second edition, 2015

ENSTHALER, JÜRGEN/WEIDERT, STEFAN - Urheberrecht und Internet (Kommunikation & Recht), 3. Auflage, 2017

FABIANI, MARIO - Diritto D'Autore E Diritti Degle Artisti Interpreti O Esecutori, Milano, 2004

FROMM, KARL/NORDEMANN, WILHELM – Urheberrecht: Kommentar zum Urheberrechtsgesetz, zum Verlagsgesetz und zum Urheberrechtswahrnehmungsgesetz, 11. Auflage, 2014

GINSBURG, JANE/GORMAN, ROBERT - Copyright Law (Concepts and Insights), 2012

GINSBURG, JANE/TREPPOZ, EDOUARD - International Copyright Law - U.S. and E.U. Perspectives, 2015

GOLDSTEIN, PAUL/R. REESE - Copyright, Patent, Trademark, and Related State Doctrines, 8TH Edition, 2016

GOLDSTEIN, PAUL/HUGENHOLTZ, BERNT - International Copyright: Principles, Law, and Practice, Third edition, New York, 2013

GRECO, PAOLO – I Diritti Sui Beni Immateriali, Turim, 1948

GRECO, PAOLO/VERCELONE, PAOLO - Diritti Sulle Opere Dell'Ingegno, Trattato Di Diritto Civile Italiano di Filippo Vassali, vol. II, Tomo III, Turim, 1974

HABERSTUMPF, HELMUT – Handbuch des Urheberrechts, 2000

HERTIN, PAUL – Urheberrecht, München, 2004

- ver FROMM

HUBMANN, HEINRICH - Urheber und Verlagsrecht, 6. Auflage, München, 1987

KOHLER, JOSEF – Das Autorrecht, Jena, 1880

- "Zur Konstruktion des Urheberrechts", Archiv für bürgerliches Recht, Band 10, 1895, pág. 243

- Urheberrecht an Schriftwerken und Verlagsrecht, Stuttgart, 1907

- Kunstwerkrecht (Gesetz vom 9. Januar 1907), Stuttgart, 1908

LEWINSKI, SILKE VON – International Copyright Law, New York, 2008

LOEWENHEIM, ULRICH - Handbuch des Urheberrechts, München, 2003

LUCAS, ANDRÉ/LUCAS/HENRI-JACQUES/LUCAS-SCHLOETTER, AGNÈS - Traité de la propriété littéraire et artistique, 4e édition, 2012

MILLER, ARTHUR - "Computer protection for computer programs, databases and computer-generated works: is anything new since CONTU?", Harvard Law Review, 1993, Vol. 106, pág. 978

MÖHRING/NICOLINI – Urheberrecht Kommentar, 3. Auflage, München, 2014

MUSSO, ALBERTO - Commentario del Codice Civile. Art. 2575-2583. Diritto d'autore sulle opere dell'ingegno letterarie e artistiche, Bologna, 2008

NIMMER, MELVILLE/ NIMMER, DAVID – NIMMER On Copyright, 2 Vol., Matthew Bender, 1992

REHBINDER, MANFRED/PEUKERT, ALEXANDER - Urheberrecht, 17. Auflage, München, 2014

REINBOTHE, JORG/ LEWINSKI, SILKE VON - The Wipo Treaties on Copyright: A Commentary on the Wct, the Wppt, and the Btap, London, 2015

SCHACK, AIMO - Urheber- und Urhebervertragsrecht, 8. Auflage, 2017

SCHRICKER, GERHARD/LOEWENHEIM, ULRICH - Urheberrechtgesetzkommentar, München, 2017

STAMATOUDI, IRINI/TORREMANS, PAUL - EU Copyright Law: A Commentary, 2014

STAMATOUDI, IRINI - New Developments in EU and International Copyright Law, 2016

TORREMANS, PAUL – Intellectual Property Law, 2013

- Copyright Law: A Handbook of Contemporary Research, 2009

TROLLER, ALOIS – Immaterialgüterrecht, Patentrecht, Markenrecht, Muster- und Modellrecht, Urheberrecht, Wettbewerbsrecht, 3. Auflage, Band I, Band II, Basel, 1983

UBERTAZZI, LUIGI CARLO - Diritto D'Autore, Commentario Breve Alle Leggi Su Proprietà Intellettuale E Concorrenza, 6ª edizione, Padova, 2016

ULMER, EUGEN – Urheber und Verlagsrecht, 3. Auflage, Berlin, Heidelberg, New York, 1980

- "Der urheberrechtliche Werkbegriff und die moderne Kunst", GRUR 1968, pág. 529

WALTER, MICHEL/LEWINSKI, SILKE VON - European Copyright Law: A Commentary, London, 2010

WANDTKE, ARTUR-AXEL – Urheberrecht, 6. Auflage, 2017

WANDTKE, ARTUR-AXEL/BULLINGER, WINFRIED - Praxiskommentar zum Urheberrecht, 4. Auflage, München, 2014

Esta bibliografia de base deve ser ampliada na investigação do aluno com recurso às já numerosas revistas em matéria de Direito Intelectual e em todas as outras nas quais surjam investigações em matéria de Direito de Autor. Como revistas especializadas, recomendam-se em particular:

- AIDA (Annali italiani del diritto d'autore, della cultura e dello spettacolo)
- Archiv für Urheber- und Medienrecht (UFITA)
- Bulletin Du Droit D'Auteur (UNESCO)
- European Intellectual Property Review (eipr)
- GRUR (Gewerblicher Rechtsschutz und Urheberrecht)
- GRUR INTERNATIONAL (Gewerblicher Rechtsschutz und Urheberrecht, Internationaler Teil)
- IIC - International Review of Intellectual Property and Competition Law
- Il Diritto Di Autore (SIAE)
- Journal of Intellectual Copyright Law & Practice
- Revista de Direito Intelectual (publicada pela Associação Portuguesa De Direito Intelectual - APDI)
- RIDA (Revue Internationale Du Droit D'Auteur)
- Rivista di Diritto Industriale
- Zeitschrift für Urheber- und Medienrecht (ZUM).